

Isabela da Silva Lima

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta

Flávia Cristiane da Rocha

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta

Lorena Cavalcanti Botelho

Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta

Eluana Borges Leitão de Figueiredo

Enfermeira. Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde. Docente do curso de
Enfermagem do Centro Universitário Augusto Motta.

RESUMO

É notório que a violência obstétrica causa muitos impactos na vida das mulheres, sejam eles da ordem física ou psicológica. Todavia, apesar de ser um fenômeno muitas vezes institucionalizado nos espaços onde se realizam partos, esse assunto ainda é pouco falado e tais práticas não são reconhecidas pelas mulheres e até mesmo por profissionais que a praticam. Objetivo: analisar na literatura científica as estratégias que os enfermeiros têm usado para reduzir a ocorrência da violência obstétrica nos serviços de saúde. Metodologia: Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no Sistema Online de Busca e Análise de Licenciatura Médica (MEDLINE) e nas Bases de Dados de Enfermagem (BDENF). Resultados: as análises das publicações resultaram em duas categorias, sendo que a primeira categoria trata dos modos como essa violência se expressa nos corpos das mulheres parturientes e a segunda categoria está relacionada com a atuação do enfermeiro na (des) institucionalização da violência obstétrica. Conclusão: a partir do estudo foi possível perceber que se faz necessário que os enfermeiros não só identifiquem tais práticas de violência obstétrica no seu processo de trabalho, como também estejam implicados no estabelecimento de ações estratégicas que prezem pela qualidade da assistência e que contestem as regras e padrões estabelecidos.

Descritores: Enfermagem; Violência Contra a Mulher; Parto Humanizado.

INTRODUÇÃO

O conceito “*Disrespectand abuse during childbirth*” tem sido internacionalmente utilizado para designar o que no Brasil vem sendo denominado de violência obstétrica (VO), de violência no parto, de violência institucional ou mesmo estrutural na atenção ao parto. Essa terminologia foi proposta para representar qualquer ato de violência direcionada à mulher grávida, parturiente, puérpera ou ao bebê quando praticada em decorrência da assistência profissional (DINIZ et al, 2015).

Nessa direção, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a define como sendo

qualquer atitude desrespeitosa, desumanizada, além de negligência e maus tratos durante a gestação e parto, podendo se expressar das mais variadas formas, como por exemplo: abuso de medicamentos, utilização de Fórceps, dieta zero, episiotomia, desrespeito, assédio moral e físico, abuso, negligência e outras (OMS, 2014). Assim, a violência obstétrica é um problema de saúde pública já que sua prática permanece arraigada e institucionalizada nos serviços de saúde impactando sobremaneira a vida das mulheres e dos bebês.

Para ilustrar a dimensão do problema, tomamos por base a pesquisa *Nascer no Brasil*, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que aponta que uma em cada quatro brasileiras que deram luz no Brasil foi vítima de violência obstétrica. Tal repercussão incide diretamente sobre a imagem social dos serviços de saúde na medida em que a falta de qualidade da assistência afeta a experiência a vida das mulheres, impactando negativamente a experiência de nascer das crianças e a cultura da sociedade sobre o nascimento, podendo comprometer a credibilidade dos serviços de atenção ao parto (BOHREN et al 2014).

Vale dizer que a violência obstétrica tem promovido inúmeros danos às mulheres tanto no aspecto físico quanto psicológico e muitas vezes essas violências são travestidas de cuidado, tornando-a naturalizada na vivência de parir das mulheres brasileiras. Por outro lado, temos trabalhadores de saúde que não reconhecem suas práticas profissionais como sendo violentas ou que produzem apagamentos da existência da mulher, tornando-a como elemento secundário no cenário de nascimento, circunscrevendo-a num cercado de ordens e protocolos onde imperam desrespeito, humilhação e diversos tipos de discriminação de ordem étnica, econômica e social. Tudo isso rompe com as interações humanas, fragiliza os vínculos e conseqüentemente, o cuidado. Desse modo, o conhecimento sobre os modos como a violência se institucionaliza na prática cotidiana dos serviços de saúde torna-se uma importante estratégia do enfermeiro para o seu enfrentamento.

Este estudo, portanto, assume o conceito de institucionalização ancorado em SCOTT (1995) que a reconhece como sendo uma organização que ao longo do tempo estipula regras de funcionamento que são integradas e reproduzidas pelas pessoas dando certa legitimidade cognitiva e normativa no fazer. A institucionalização da violência obstétrica nas práticas profissionais no campo da saúde segue as mesmas regras quando dão continuidade histórica aos modos de cuidar que fragmentam, despersonalizam e patologizam a vida da mulher. A OMS (2014) considera a VO como institucionalizada na cultura obstétrica sendo muitas vezes marcada pela banalização e naturalização do fenômeno de violação dos direitos humanos.

O estudo, então, torna-se relevante à medida que amplia o conhecimento da saúde da mulher na área da Enfermagem Obstétrica, possibilitando identificar uma assistência inadequada dos profissionais de saúde no processo parturitivo, para que assim possa legitimar estratégias para (des) institucionalizar à violência obstétrica das práticas profissionais. O “Des” que acompanha a palavra institucionalização, tomamos de empréstimo do poeta brasileiro Manuel de Barros que nos surpreende com sua capacidade potente de ressignificar as palavras instaurando o sentido de negação, de desconstrução incessante e radical daquilo que é norma (FIGUEIREDO et al, 2015). Assim, a violência obstétrica não deve ser norma, deve ser contestada e banida das práticas profissionais, sobretudo, dos enfermeiros.

Sendo assim, o estudo tem como questão norteadora: Quais os tipos de violência obstétrica estão institucionalizados nos serviços de saúde por meio das práticas profissionais? Quais as implicações do enfermeiro na humanização do parto?

Para elucidar tais questionamentos, temos como objetivo analisar na literatura científica as estratégias que os enfermeiros têm usado para reduzir a ocorrência da violência obstétrica nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos autores. O estudo é de natureza descritiva com abordagem qualitativa em que se buscou reunir na literatura científica artigos sobre violência obstétrica. A pesquisa bibliográfica é aquela que visa o levantamento dos trabalhos realizados anteriormente sobre o tema no qual se debruça conduzindo os pesquisadores ao aprendizado sobre uma determinada área. Desse modo, a pesquisa bibliográfica é aquela que é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos (GIL, 2017).

Preliminarmente, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), com a realização de consulta aos Descritores em Saúde (DeCS), sendo selecionados os termos mais específicos para nortear a coleta de dados. Desta forma, foram utilizados os seguintes descritores: Violência Contra a Mulher, Enfermagem e Parto Humanizado. As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema Online de Busca e Análise de Licenciatura Médica (MEDILINE) e Bases de Dados de Enfermagem (BDENF). Para o rastreamento, algumas produções foram pré-selecionadas com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no recorte temporal compreendidos no período de 2010 a 2020 e disponibilizados sob forma de texto completo. Foram excluídas as produções científicas que não se enquadraram aos objetivos do estudo e os artigos repetidos.

Após coleta de dados, foi realizada leitura exploratória e seletiva dos títulos e resumos identificando-se o objeto e o objetivo da pesquisa, resultando em 10 estudos. Para complementar, foram utilizados livros, manuais, protocolos, resoluções, Trabalhos de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado relacionadas ao tema. Os dados foram registrados em planilhas e foram analisados conforme a análise de conteúdo de Bardin (2009) que se caracteriza por técnicas de análises que visam obter indicadores de conhecimentos relativos às condições de produção, procedendo, então, a categorização. Os dados foram organizados em torno de três etapas: 1. pré-análise; 2. exploração do material; e 3. tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Desse modo, procurou-se articular os assuntos destacados na bibliografia potencial com autores de expressão na área de enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisados os dados das 10 publicações inclusas neste estudo, procedeu-se a fase de discussão das informações obtidas com o propósito de atender aos objetivos do estudo, sendo os resultados agrupados em duas categorias temáticas, sendo a primeira resultado das publicações que tratam dos modos como a violência obstétrica se expressam na vida das mulheres parturientes e a segunda categoria está relacionada com estudos que apresentam a atuação do enfermeiro na (des) institucionalização da violência obstétrica. O quadro 1 mostra os estudos selecionados na Revisão de Literatura:

Quadro 1: Estudos selecionados na Revisão de Literatura

Nº	Autor e Ano	Título do artigo	Objetivo	Método
01	Menezes <i>et.al.</i> 2020	O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições.	Compreender a percepção de residentes em Enfermagem Obstétrica sobre violência obstétrica em uma maternidade referência do município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil.	Qualitativo
02	Oliveira <i>et. al.</i> 2020	Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem.	Compreender o significado da violência obstétrica para mulheres.	Qualitativo
03	Souza <i>et.al.</i> 2019	Violência obstétrica: uma revisão integrativa	Revisar pesquisas brasileiras, identificando os tipos de violência obstétrica, possíveis causas observadas e o papel do enfermeiro nesse cenário.	Revisão integrativa
04	Carniele <i>et.al.</i> 2019	Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica	Conhecer a utilização e realização da episiotomia de rotina, relacionando-a com a violência obstétrica, através de revisão de literatura.	Revisão integrativa
05	Alexandria <i>et. al.</i> 2020	Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto	Avaliar o conhecimento de profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto sobre violência obstétrica.	Qualitativo
06	Inagakie <i>et.al.</i> 2018	Fatores associados à humanização da assistência em uma maternidade pública	Identificar fatores associados à humanização da assistência durante o trabalho de parto, parto e nascimento	Quanti-qualitativo
07	Santos, Amália Lúcia Machry; Souza, Martha Helena Teixeira de, 2017	Elaboração de novas tecnologias em enfermagem: utilização de uma cartilha para prevenção	Elaborar cartilha de orientações para profissionais em enfermagem contendo as funções de cada categoria e com orientações sobre os direitos da mulher no pré-natal, parto e pós-parto.	Qualitativo
08	Oliveira, Mayra de Castro; Mercês, Magno Conceição das. 2017	Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas	Conhecer a percepção das puérperas no tocante às violências obstétricas.	Qualitativo
09	Nascimento <i>et. al.</i> 2017	Relato de puérperas acerca da violência obstétrica nos serviços públicos	Desvelar as formas de violências obstétricas sofridas durante a gestação e o parto a partir de relatos de puérperas.	Qualitativo
10	Silva <i>et.al.</i> 2014	Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras.	Relatar a experiência de enfermeiras obstetras sobre a violência obstétrica vivenciada, presenciada e observada durante suas trajetórias profissionais.	Qualitativo

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os modos como a violência obstétrica se expressam na vida das mulheres parturientes

Os autores selecionados neste estudo deram pistas acerca dos modos como a violência obstétrica se expressa nos serviços de saúde e atravessa a vida das parturientes. Violências que vão desde intervenções físicas a abalos psicológicos.

No que se refere as violências sentidas no corpo da mulher parturiente, podemos destacar: exames de toque em excesso e praticados por vários profissionais de saúde; amniotomia para a ruptura da bolsa para acelerar o trabalho de parto; imposição de uma posição que não foi escolhida pela parturiente; negação de outras possibilidades de alívio para dor por meio de métodos não farmacológicos; realização de episiotomia sem prescrição; restrição ao leito; Manter algemadas as detentas em trabalho de parto; privação do direito à alimentação e à deambulação; aplicação de ocitocina para intensificar as contrações do parto; realização de cesariana sem justificativa e lavagem intestinal. (NASCIMENTO, 2017). Desse modo, os estudos mostraram que mesmo que algumas práticas, tais como a Manobra de Kristeller e a prática da episiotomia de rotina fossem consideradas obsoletas, prejudiciais e contraindicadas, tanto pela OMS quanto pela normatização brasileira, ainda permanecem sendo práticas rotineiras nos serviços de saúde. Diante disso, as mulheres não guardam boas recordações do parto, tendo como lembrança o medo, o receio do atendimento de forma desumana e a experiência anterior de dor.

Quais seriam as possíveis explicações para tal fenômeno? Por que o corpo das mulheres tem autorização para esses tipos de violência?

Uma das explicações se dá pela intensa medicalização do corpo feminino. Essa medicalização, ou seja, essa apropriação do nascimento/parto pela medicina e pela ciência principalmente a partir do século XIX em que se passou a desconsiderar e a substituir o parto natural e fisiológico, por um evento altamente tecnológico e invasivo, a cesárea. Nesse cenário, a mulher deixa de ser protagonista e passa a ser controlada já que acha que perdeu a capacidade natural de parir delegando ao outro as decisões e cuidados a serem realizados e os trabalhadores de saúde, por sua vez, impõem sua autoridade acadêmica dando passagens para diferentes formas de violência no trabalho de parto e parto (MODENA, 2018). “O saber médico é constituído em um modelo patriarcal que vê o corpo feminino como essencialmente defectivo” (RADIS, 2019, p.1).

Outro ponto em que os estudos nos ajudaram a compreender o fenômeno, foi refletir a ideia construída socialmente de que a mulher é sexo frágil e por isso carece de se sujeitar as autoridades médicas que sabem o que é melhor ou não para ela e seu bebê impedindo muitas vezes que a mulher consiga reconhecer tais violências.

Se antes as mulheres, no caso as parteiras, dominavam a ciência do partejar, agora, com o advento da medicalização, esse saber foi capturado, transformando o parto em um ato profissional-centrado. “A raiz do problema está na violência de gênero, na apropriação dos corpos das mulheres e retirada de autonomia (RADIS, 2019, p.1).”

Outros modos de violência obstétrica, que são imateriais, mas não menos importantes, são as violências psicológicas. Elas se expressam muitas vezes por violências verbais, que causam danos psicológicos através de comentários constrangedores, ofensivos, humilhantes e que vão inferiorizar essa mulher devido raça, credo, idade, número de filhos etc. causando sentimento de medo, abandono e vulnerabilidade ou mesmo pela falta de informações sobre os procedimentos que serão executados durante a assistência. (OLIVEIRA, 2017). Não é incomum as mulheres parturientes ouvirem os seguintes comentários: “quer que seu filho morra?”; “Na hora de fazer não gritou!”; “No ano que vem você estará aqui de novo”. Tudo isso pode gerar impacto psicológico na qualidade de vida,

na saúde sexual e reprodutiva da mulher. Outro tipo de violência que produz abalos psicológicos é a negligência, ou seja, o ato de impedir ou negar que a gestante receba os serviços que ela tem direito, como por exemplo o direito ao acompanhante na hora do parto que muitas vezes é negado.

Alguns estudos mostraram a forte relação da VO com aspectos raciais e socioeconômicos das mulheres. (LIMA,2019) Quanto mais retinta for a cor da pele e quanto menos recursos financeiros, mais esse corpo é invadido, mais os trabalhadores de saúde se sentem autorizados a violentá-la. Modena (2018) diz que esse cenário é típico de mulheres de baixo nível socioeconômico, negras, de minorias étnicas, com baixa escolaridade, usuárias de drogas ou em situação de rua e até mesmo aquelas sem acompanhantes. Dado também confirmado pela FIOCRUZ em que as mais pobres, as negras, as lésbicas sofrem mais episódios desse tipo de violência (RADIS, 2019).

Nessa direção, foi possível perceber que as consequências da violência obstétrica que são causadas na vida das mulheres são resultado de um conjunto de fatores que envolvem ações de desrespeito que vão desde o pré-natal até o puerpério, e que deve ser refletido pelos enfermeiros, pois tudo isso gera implicações para as usuárias do sistema de saúde, seja ele público ou privado. Os estudos mostraram que quando a violência é institucionalizada, ou seja, enraizada nas práticas, muitos profissionais não visam a qualidade do atendimento e sim a quantidade, porém, deve-se lembrar que é essencial pensar essa usuária como um ser integral que requer um cuidado holístico.

Como chamar tais atos, senão de violência obstétrica? Mesmo que o governo tenha decidido em maio de 2019 abolir o uso do termo “violência obstétrica” em notas técnicas e textos oficiais, notamos a partir dos estudos que o uso e afirmação do termo é também uma forma de (des) institucionalizar à violência obstétrica.

A atuação do enfermeiro na (des) institucionalização da violência obstétrica.

O cotidiano sublinhado pela violência obstétrica nos serviços de saúde carece de ser revisto pelo enfermeiro, principalmente por ser este o profissional herdeiro do conhecimento acumulado pelas parteiras e por ser um conhecimento predominantemente feminino na nossa história (FIGUEIREDO e TREVISANI, 2019).

Assim, como o enfermeiro pode estar implicado com o processo de humanização do parto?

Os estudos deram algumas pistas, como por exemplo: dar acolhimento adequado à gestante quando ela chegar a unidade; traçar um plano de parto humanizado voltado para as necessidades e os desejos dessa mulher; ter conhecimentos éticos e legais, pois é de suma importância que o profissional de enfermagem saiba de seus deveres e a mulher saiba de seus direitos para que ela possa identificar algum tipo de violência; o profissional de enfermagem também deve proporcionar um ambiente agradável que traga conforto na hora do parto. Além disso, o profissional de enfermagem, deve olhar a parturiente como um todo prezando sempre por sua essência humana, respeitando suas emoções e dores do parto; e principalmente, não cometer nenhum tipo de violência. (MOURA,2018)

Destarte, é importante ressaltar que a (des) institucionalização da violência obstétrica perpassa pela formação desses profissionais de enfermagem, pela Educação Permanente em Saúde (EPS) como transformadora das práticas e principalmente pela melhoria na qualidade da assistência. Temas como, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; relações de gênero; código de ética profissional; assistência fisiológica ao trabalho de parto/parto, humanização da assistência devem fazer parte da discussão. Assim, a medida que a formação do trabalhador de enfermagem se apropria das fundamentações da EPS, o enfermeiro e sua equipe se tornam capazes de problematizar suas ações de maneira crítica e assim, podem se implicar mais com o cuidado e reduzir as

chances de produzirem um trabalho violento. Isso seria importante pois muitos profissionais não reconhecem atos típicos de violência, e nem se reconhecem capazes de cometê-los. Contudo, ao refletir esses papéis, eles conseguem enxergar nos próprios atendimentos, condutas inadequadas e intervenções desnecessárias que causam violência obstétrica, uma vez que, “o profissional de saúde tem dificuldade de se identificar como o causador de VO transvestindo a prática violenta em atos naturais, justificáveis e necessários, que seriam realizados para o “bem” das pacientes e de seus bebês, o que legitima suas ações” (MODENA, 2018, p.9).

Destacamos ainda o papel do enfermeiro deve firmar-se na educação em saúde das mulheres ainda no período de gestação sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos uma vez que o desconhecimento da mulher em relação a esses direitos favorece uma postura passiva diante da violência obstétrica. Faz-se necessário ainda construir ações voltadas para a criação de canais de denúncia dos diferentes atores envolvidos na assistência a mulher. (JARDIM, 2018)

A título de informação, diferente da Argentina e da Venezuela, o Brasil não possui uma lei específica sobre a violência obstétrica. Entretanto, existem projetos de lei sobre os serviços de atenção obstétrica tramitando tanto em âmbito federal como em âmbito estadual. Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 7633/14, proposto pelo deputado Jean Wyllys, que dispõe sobre a humanização e a assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo-puerperal. O Projeto de Lei 7633/14 foi estruturado em três partes: Título I - Das diretrizes e dos princípios inerentes aos direitos da mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério; Título II - Da erradicação da violência obstétrica; e, Título III – Do controle dos índices de cesarianas e das boas práticas obstétricas. O Projeto de Lei inicia-se definindo o alcance do tratamento humanizado ao dispor que: “Art. 1º - Toda gestante tem direito à assistência humanizada durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério, incluindo-se o abortamento, seja este espontâneo ou provocado, na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e em estabelecimento privado de saúde suplementar.”

Iniciativas como essas são ações macropolíticas que podem reverberar em direitos e acesso as mulheres a um atendimento de qualidade impulsionando os trabalhadores e serviços de saúde a se implicarem com ações para prevenir e combater abusos e maus-tratos durante o parto, tornando-o humanizado.

Quando falamos “parto humanizado”, ficamos com um questionamento: quando o parto de mulheres deixou de ser humanizado? Mulheres são seres humanos, então, por que precisamos humanizar algo que deve ser natural? A resposta a tal questão pode e deve partir dos enfermeiros, quando estes se tornarem implicados com o cuidado e partirem para o movimento de (des) institucionalização da violência obstétrica em suas próprias práticas profissionais.

É consenso nos estudos analisados a necessidade de outro olhar do enfermeiro para a problemática da violência obstétrica, bem como a invenção de modos de cuidado mais acolhedores a fim de evitar condutas inapropriadas no atendimento as mulheres. Faz-se necessário, portanto, que as violências sejam primeiramente reconhecidas e depois combatidas.

CONCLUSÃO

Os resultados mostraram a necessidade de discutir o tema violência obstétrica a partir da implicação profissional com a (des) institucionalização de práticas que geram violação dos direitos humanos.

Considerando que a pergunta de pesquisa busca saber quais os tipos de violência obstétrica estão institucionalizados nos serviços de saúde por meio das práticas

profissionais e quais as implicações do enfermeiro na humanização do parto, o estudo permitiu constatar que a violência obstétrica é um tema velado por profissionais, mas sentido e percebido pelas mulheres na vivência do parto, seja no campo físico ou no psicológico. Diante disso, é necessário que ações concretas sejam estabelecidas pelo enfermeiro de modo a evidenciar e fazer falar as instituições. Nesse sentido, a EPS pode ser uma estratégia propositiva de formação para que trabalhadores se reconheçam e que criem juntos estratégias de prevenção e enfrentamento da violência obstétrica. Por outro lado, deve-se fazer uma aposta na educação em saúde das gestantes de modo a instrumentalizá-las para conhecerem seus direitos sexuais e reprodutivos.

Diante de tais resultados, espera-se que o estudo venha contribuir para oferecer subsídios teóricos para futuros acadêmicos de enfermagem sobre o cuidado a mulher que sofre violência obstétrica e a importância de um acolhimento pautado no trabalho vivo e em outras possibilidades de cuidado além dos protocolares. E por fim, que este estudo estimule os enfermeiros a desenvolver uma visão ampliada sobre a criação de modos de cuidados mais éticos, singulares e humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRIA *et. al.* **Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto.** *Cult. cuid* ; 23(53): 119-128, ene.-abr. 2019. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/91758/1/CultCuid_53-119-128.pdf>. Acesso em: 22 dez.2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BATALHA, Elisa. "O nome é violência obstétrica". In: *Revista Radis. ENSP*, nº 201, junho de 2019.

CARNIEL *et. al.* **Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica.** *J. nurs. health.* 2019;9(2):e199204. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1047273/9.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2020.

ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência obstétrica: Você sabe o que é?** 2013. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf> >. Acesso em 31 mar. 2020.

FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão de; TREVISANI, Krysthall. (Org.). **A história da enfermagem em correspondências: entre fatos e versões.** Rio de Janeiro: Quicelê Publicações Artesanais; 2019.

FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão de; GOUVEA, Mônica Vilella; SILVA, Ana Lúcia Abrahão da. Educação Permanente em Saúde e Manoel de Barros: uma Aproximação Desformativa. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 3, p. 324-331, Sept. 2016 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000300324&lng=en&nrm=iso . Acesso em 08 Jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INAGAKI *et.al.* **Fatores associados à humanização da assistência em uma maternidade pública.** *Revista de Enfermagem da UFPE OnLine.* 2018. Disponível

em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231395/29464>>.
Acesso em: 20 de dez. 2020.

JARDIM, Danúbia Mariane Barbosa; MODENA, Celina Maria. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3069, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100613&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 de janeiro de 2021. Epub 29 de novembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2450.3069>.

LEAL, Maria do Carmo. Nascer no Brasil: números excessivos de cesariana- Sumário executivo temático de pesquisa- **Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca-Fundação Oswaldo Cruz**- Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

Lima, K.D, Pimentel, C, Lyra, T.M. **Disparidades raciais: Uma análise da violência obstétrica em mulheres negras**. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2019/Out). [Citado em 12/01/2021]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/disparidades-raciais-uma-analise-da-violencia-obstetrica-em-mulheres-negras/17356?id=17356>.

MENEZES *et. al.* **O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições**. Interface (Botucatu) vol.24 Botucatu 2020 Epub Sep 23, 2019. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1040191>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOURA *et. al.* **Cuidados de Enfermagem na Prevenção da Violência Obstétrica**. Enfermagem em Foco 2018 9 (4): 60-65.

NASCIMENTO *et. al.* **Relato de puérperas acerca da violência obstétrica nos serviços públicos**. Revista de Enfermagem da UFPE OnLine 2017. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032446>>. Acesso em 10 nov.2020.

OLIVEIRA *et. al.* **Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem**. 2020. Revista de enfermagem UFPE OnLine. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243996/35217>>. Acesso em 19 dez. 2020.

OLIVEIRA, Mayra de Castro; MERCES, Magno Conceição das. **Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas**. Revista de Enfermagem da UFPE OnLine 2017. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23415/19090>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OLIVEIRA *et. al.* **Percepção das Mulheres Sobre Violência Obstétrica**- Revista de Enfermagem Online – Recife (11) 1.40 – 6 de janeiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/161442/3/WHO_RHR_15.02_por.pdf?ua=1>.

Acesso em 20 de dez. 2020.

PASCOAL *et. al.* **Violência obstétrica na percepção das puérperas.** Revista Nursing, 2020; 23. Disponível em:<<http://www.revistanursing.com.br/revistas/265/pg138.pdf>>. Acesso em: 19 de dez.2020.

SANTIAGO, Dayse Carvalho; SOUZA, Wanessa Kerlly Silva. **Violência obstétrica: uma análise das consequências.**Revista Científica da FASETE 2017.2. Disponível em:<https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/13/violencia_obstetrica_uma_analise_das_consequencias.pdf>. Acesso em: 20 de dez.2020.

SANTOS, Amália Lúcia Machry; SOUZA, Martha Helena Teixeira de. **Elaboração de novas tecnologias em enfermagem: utilização de uma cartilha para prevenção.**Revista de Enfermagem da UFPE OnLine2017. Disponível:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/109105/24335>>. Acesso em: 21 dez.2020.

SCOTT, W. Richard. Institutions and organizations. Thousand Oaks: Sage, 1995

SILVA *et.al.***Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras.**Rev. RENE ; 15(4): 720-728, 2014-08-28. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-749342>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

SOUZA *et.al.* 2019. **Violência obstétrica: uma revisão integrativa.** Revista de Enfermagem UERJ. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Viol%C3%Aancia+obst%C3%A9trica%3A+uma+revis%C3%A3o+integrativa.+Revista+de+Enfermagem+UERJ.&aq=Viol%C3%Aancia+obst%C3%A9trica%3A+uma+revis%C3%A3o+integrativa.+Revista+de+Enfermagem+UERJ.&aqs=chrome.69i59j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>>>. Acesso em: 19 dez.2020.